

# LEISHMANIOSE VISCERAL CANINA

Stella Diogo Fontes<sup>1</sup>, Alessandra Sayegh Arreguy Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** *A leishmaniose visceral canina (LVC) é uma zoonose reemergente de distribuição mundial, com alta letalidade. No Brasil, o agente etiológico é a Leishmania chagasi, transmitida pela picada do flebotomíneo Lutzomyia longipalpis, abundantemente encontrado em diversas áreas. O cão exerce importância epidemiológica em áreas endêmicas em razão de ser o reservatório doméstico da Leishmania spp. A infecção no cão comumente resulta em perda de peso, atrofia muscular, despigmentação, descamação, onicogribose e glomerulonefrite. O diagnóstico clínico da leishmaniose visceral canina é difícil de ser realizado por causa da variedade de sintomas, sendo os exames sorológico, parasitológico ou molecular fundamentais para a confirmação. No Brasil, o tratamento com produtos de uso humano ou não, registrados no Ministério da Agricultura, é proibido. No entanto, médicos-veterinários e proprietários por meio de ações judiciais tratam seus animais. Este trabalho é uma revisão bibliográfica, a fim de aprofundar e discutir os diversos aspectos dessa doença.*

**Palavras-chave:** *cães; doença parasitária; leishmaniose visceral; zoonose.*

## Introdução

A interferência do homem no meio ambiente vem desen-

---

<sup>1</sup> Graduada em Medicina Veterinária - UNIVIÇOSA, Viçosa, MG; e-mail: stellinhafontes@hotmail.com; <sup>2</sup> Coordenadora do Curso de Medicina Veterinária - UNIVIÇOSA, Viçosa, MG; e-mail: alarreguy@hotmail.com

cadeando o surgimento das zoonoses. Essa intromissão no habitat natural tem como consequência a inclusão do homem no ciclo de desenvolvimento de várias doenças como a dengue, febre amarela e raiva (BRASIL, 2006).

Por definição, as zoonoses constituem uma gama de doenças que são comuns aos seres humanos e animais. Dentre as zoonoses, a leishmaniose é uma doença endêmica que ocorre em vários continentes, predominantemente em regiões tropicais e subtropicais, conhecida também por leishmaniose visceral americana (LVA) ou calazar neotropical (BRASIL, 2006; BRUM et al., 2007; MACHADO et al., 2007).

Os agentes etiológicos da leishmaniose são a *Leishmania chagasi* e *Leishmania infantum*, que podem ser isolados da pele de canídeos silvestres e domésticos e transmitidos pela picada de insetos, denominados flebotomíneos para animais susceptíveis ou para o homem (IKEDA-GARCIA; MARCONDES, 2007).

A Leishmaniose constitui sério problema de saúde pública, sendo o Brasil um dos quatro países responsáveis por 90 % do total de casos humanos. A incidência dessa doença reside não somente na alta incidência e ampla distribuição, mas também na possibilidade de assumir formas graves e letais (GONTIJO; MELO, 2004).

### **Revisão de Literatura**

A LV é uma zoonose em crescente expansão no Brasil, causada pela *Leishmania infantum chagasi*. Em 1908, relataram pela primeira vez na Tunísia a presença de formas amastigotas em canídeos domésticos; no Brasil, quando se observou intenso parasitismo cutâneo em cães e raposas no Ceará. Os cães têm sido considerados como importantes reservatórios no ciclo

doméstico da doença por sua estreita relação com o homem, tanto em áreas rurais quanto urbanas, e por apresentar elevada susceptibilidade à infecção (GONTIJO; MELO, 2004; RIBEIRO, 2007).

É uma enfermidade causada pelo protozoário pertencente à ordem Kinetoplastida, família Trypanosomatidae e gênero *Leishmania*. É um parasita intracelular obrigatório das células do sistema fagocítico mononuclear, que acarreta aos seus hospedeiros, ser humano e animais, um conjunto de síndromes complexas e multifacetadas. (BRASIL, 2006; BRUM et al, 2007; IKEDA-GARCIA; MARCONDES, 2007).

O vetor é representado por insetos dípteros, conhecidos como flebotomíneos, tendo como principal representante no Brasil *Lutzomyia longipalpis*, embora mais recentemente *Lutzomyia cruzi* também tenha sido incriminado como vetor no Estado do Mato Grosso do Sul. Popularmente, são conhecidos como mosquito-palha ou mosquito-pólvora (BRUM et al, 2007; RIBEIRO, 2007).

A LVC tem sido apontada como doença reemergente, caracterizando nítido processo de transição epidemiológica, ou seja, era considerada uma doença rural, mas hoje já foi relatada a sua urbanização. No Brasil, a LVC é uma doença de notificação compulsória, que requer ampla investigação epidemiológica para definir as estratégias de controle (MACHADO et al., 2007).

As consequências da LVC são muito variáveis; cães infectados podem desenvolver sintomas da infecção, resultando em morte, enquanto outros permanecem assintomáticos ou desenvolvem um ou mais sintomas brandos. Frequentemente, observam-se ulceração na ponta das orelhas, despigmentação, erosão e ulceração do focinho, unhas quebradiças, atrofia muscular, linfadenopatia, perda de peso, redução da resistência, sonolência e febre intermitente. Os animais também podem apresentar

sinais de envolvimento gastrintestinal, poliartrite, polidipsia, glomerulonefrite, lesões oculares e anemia (MACHADO et al, 2007; WILLEENSE, 2002).

Dentre o grande número de testes disponíveis para o diagnóstico da LV, nenhum apresenta 100% de sensibilidade e especificidade, assim como nos testes para outras doenças. O diagnóstico clínico é difícil de ser realizado por causa da variedade de sintomas da doença; entretanto, o histórico de um cão que esteve em uma área endêmica e a presença de aspectos clínicos característicos podem ser indicativos de leishmaniose. No diagnóstico parasitológico, podem ser observadas formas amastigotas do parasito em esfregaços de linfonodos, medula óssea e esfregaços sanguíneos corados com corante de rotina como Giemsa. O diagnóstico sorológico é a técnica recomendada pelo Ministério da Saúde para avaliação da soroprevalência em inquéritos caninos amostrais e censitários; são utilizados o ELISA e a RIFI. Dentre os métodos moleculares, a reação em cadeia da polimerase (PCR) identifica e amplia seletivamente sequências do DNA do parasito (GONTIJO; MELO, 2004; IKEDA-GARCIA; MARCONDES, 2007).

A LV foi considerada endemia rural e estabeleceram-se normas técnicas para o controle dela. Desde então, o cão tem sido alvo dos programas de controle da LV no Brasil, sendo recomendada a eliminação tanto dos animais doentes quanto os soropositivos. A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda a eutanásia como medida ideal de controle, mas reconhece as limitações dessa prática por ser um método de eliminação muito conflitante por ser trabalhoso, de eficácia duvidosa e desagradável para os médicos-veterinários e os proprietários (BRASIL, 2006; RIBEIRO, 2007).

Outros métodos de controle têm sido indicados como a utilização de colar impregnado de deltametrina, que deve ser uti-

lizado em áreas de alta transmissão e manejo ambiental, com a finalidade de alterarem as condições do meio que propiciam o estabelecimento de criadouros de formas imaturas do vetor (BRASIL, 2006; DANTAS-TORRES; BRANDÃO-FILHO, 2006; RIBEIRO, 2007).

A vacinação de cães é um novo método de controle. A Leishmune® é a primeira vacina licenciada contra a LVC registrada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (BRASIL, 2006; DANTAS-TORRES; BRANDÃO-FILHO, 2006)

Segundo a Portaria Interministerial nº 1426 de 11 de julho de 2008, é proibido o tratamento de LVC com produtos de uso humano ou não, registrados no MAPA; no entanto, vem sendo contestada por veterinários. Após a publicação dessa Portaria, ações judiciais vêm sendo impetradas contra a União (RIBEIRO, 2007).

Os fármacos usados no tratamento da LVC incluem medicamentos que atuam contra leishmanias, imunomoduladores e imunoterapias, além das medicações de suporte. No entanto, nenhum fármaco ou combinação desses foi utilizado com sucesso na completa eliminação do parasito do hospedeiro, mas oferece boa qualidade de vida e maior longevidade aos animais infectados. Podem ser citados os antimoniais pentavalentes, alopurinol, aminosidina, anfotericina B, miltefosina e os azóis (BRUM et al, 2007; RIBEIRO, 2007).

### **Considerações Finais**

A LVC é importante doença parasitária, principalmente pelo seu potencial zoonótico e por se tratar de enfermidade de difícil diagnóstico. Atualmente, no Brasil, a solução para a LV é vista como questão científica de vigilância sanitária

permanente; entretanto, é também questão de justiça social e de melhor qualidade de vida para a população exposta, o que demonstra que o principal controle da doença não deveria ser centrado no sacrifício dos animais e sim em um conjunto de medidas profiláticas que sejam realmente efetivas.

### Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de vigilância e Controle da Leishmaniose Visceral. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- BRUM, L. C. et al. Principais dermatoses zoonóticas de cães e gatos. *Revista Clínica Veterinária*, ano XII n.69, p. 29-46, jul./ago., 2007.
- DANTAS-TORRES, F.; BRANDÃO-FILHO, S. P. Visceral leishmaniasis in Brazil: revisiting paradigms of epidemiology and control. *Revista do Instituto de Medicina Tropical*, v. 48, n.3, p.151-156, 2006.
- GONTIJO, C. M. F.; MELO, M. N. Leishmaniose Visceral no Brasil: quadro atual, desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 7, n. 3, p. 338-349, 2004.
- IKEDA-GARCIA, F. A.; MARCONDES, M. Métodos de diagnóstico da leishmaniose visceral canina. *Revista Clínica Veterinária*, ano XII, n. 71, p. 34-42, nov./dez., 2007.
- MACHADO, J. G. et al. Imunopatologia da leishmaniose visceral canina. *Revista Clínica Veterinária*, ano XII, n. 71, p. 50-58, nov./dez., 2007.
- RIBEIRO, V. M., Leishmaniose visceral canina: aspectos de tratamento e controle. *Revista Clínica Veterinária*, ano XII, n. 71, p. 66-76, nov./dez., 2007.
- WILLENSE, T. *Dermatologia clínica de cães e gatos*. 2. ed. São Paulo: Manole, 2002.